

**As Tendências da Pesquisa sobre Política Social na década 1980****Research Trends in Social Policy in the 1980s**

DOI:10.34117/bjdv6n12-685

Recebimento dos originais: 28/11/2020

Aceitação para publicação: 28/12/2020

**Angela Kaline da Silva Santos**

Graduada em Serviço Social, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba  
E-mail: s.social.angela@gmail.com

**Kellen Lachietti Vieira de Melo**

Graduada em Serviço Social, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba.  
E-mail: kelinhavieira@hotmail.com

**Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida**

Professora Titular do Departamento de Serviço Social em nível de Graduação e da Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba, Doutora em Serviço Social pela PUC-SP, Pesquisadora do CNPq.  
E-mail: blfalmeida@uol.com.br

**RESUMO**

A pesquisa em Serviço Social no Brasil foi impulsionada nos anos de 1970, e consolidou-se na década seguinte com a expansão da Pós-graduação *stricto sensu*. A Política Social é uma das principais áreas de investigação do Serviço Social. Nessa perspectiva, esta pesquisa atém-se a analisar a produção das 18 Dissertações de Mestrado do PPGSS/UFPB, vinculadas à área de Política Social na década de 1980. Este artigo deriva da pesquisa bibliográfica e documental mediante o uso da metodologia do estado da arte.

**Palavras-chave:** Tendências da Pesquisa, Política Social, Produção do Conhecimento, Serviço Social.

**ABSTRACT**

Research in Social Work in Brazil was boosted in the 1970s, and was consolidated in the following decade with the expansion of Post-Graduation *stricto sensu*. Social Policy is one of the main areas of research in Social Work. In this perspective, this research attempts to analyze the production of the 18 Master's Dissertations of PPGSS / UFPB, linked to the area of Social Policy in the 1980s. This article derives from bibliographic and documentary research using the state of the art methodology .

**Keywords:** Research Trends, Social Policy, Knowledge Production, Social Service.

**1 INTRODUCTION**

O processo de produção do conhecimento no Serviço Social brasileiro advém da imbricação de dois fatores basilares: a pesquisa e a pós-graduação *stricto sensu* que materializam a construção e ampliação do patrimônio intelectual e bibliográfico em torno das contradições geradas pela sociedade capitalista, marcadas pelas expressões da questão social e as suas formas de enfrentamento, que são as políticas sociais.

Historicamente, é na década de 1980 que ocorre a ampliação da Pós-graduação na área do Serviço Social no Brasil, conferindo centralidade à pesquisa científica, produtora de conhecimento através de Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado, posteriormente publicadas em livros, capítulos de livros e artigos em periódicos.

Em torno dessa produção gerada pelas Dissertações de Mestrado do PPGSS/UFPB, pretende-se analisar as tendências da pesquisa a partir da metodologia do estado da arte das Dissertações de Mestrado vinculadas a área de Política Social, defendidas nos anos de 1980.

Merece registrar que o Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFPB, criado em 1978 e até 2016, contemplava duas áreas de concentração: Fundamentação Teórico-prática do Serviço Social e Política Social. Nos anos de 1980, a totalidade foi de 29 das Dissertações defendidas, distribuindo-se em 11(38%) dissertações na área da Fundamentação Teórico-prática do Serviço Social; e 18 (62%) na área de Política Social. Desse modo, o presente artigo circunscreve-se à análise das tendências da pesquisa da produção das 18 Dissertações de Mestrado do PPGSS/UFPB.

Para proceder a discussão dessas tendências adotou-se a perspectiva crítico-dialético a partir dos aportes teórico-metodológicos inspirados no legado marxista, portanto, por apreender a totalidade do objeto de análise em torno da crítica ao desenvolvimento da sociedade capitalista e as contradições fundantes geradas na relação capital e trabalho.

A coleta dos dados efetivou-se através da pesquisa bibliográfica e documental de fontes secundárias (Dissertações e Relatórios de Avaliação da Capes), por via eletrônica junto à Plataforma Sucupira/Capes e da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). A complementação da coleta de dados ocorreu mediante consulta eletrônica a catálogos de editoras e livrarias, bem como os registros das bibliotecas da UFPB (Central e Setorial). Para o registro dos dados coletados foram utilizadas fichas cadastrais que contemplaram os seguintes itens: título, resumo, palavras-chave, sumário, objeto da pesquisa, metodologia da pesquisa (tipo, sujeitos, local, período, método e metodologia), introdução e referências.

Para analisar as dissertações, utilizou-se o estado da arte que, para Romanowski e Ens (2006, p. 39) as pesquisas são denominadas de estado da arte “[...] quando abrangem toda uma área do conhecimento, nos diferentes aspectos que geraram produções”. Nesse entendimento Messina (1998, p. 01) acrescenta,

[...] o estado da arte é um mapa que nos permite continuar caminhando; um estado da arte é também uma possibilidade de perceber discursos que em um primeiro exame se apresentam como descontínuos ou contraditórios. Em um estado da arte está presente a possibilidade de contribuir com a teoria e prática de uma área do conhecimento.

Na aplicação do estado da arte na fase da análise dos dados adotou o sistema de indicadores bibliográficos (SIB), criado por Almeida (2017), composto por indicadores de áreas do conhecimento, indicadores temáticos e indicadores autorais, cujos dados foram organizados e categorizados em Banco de Dados, mediante o uso de metodologias de natureza quantitativa e qualitativa.

A análise quantitativa processou-se através da leitura estatística descritiva dos dados objetivos; e na análise qualitativo optou-se pela análise de conteúdo de Bardin (2016) com o uso da análise categorial.

Por se tratar das tendências da pesquisa em Serviço Social, entende-se que este se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo como contexto histórico o desenvolvimento capitalista industrial, a expansão urbana e a exploração do trabalho, gerador de múltiplas contradições. Nesse contexto, eclode e agudiza-se a “questão social”, objeto de atuação dos assistentes sociais através das políticas sociais, e, fonte de pesquisas no Serviço Social. Mota (2013, p. 19) assevera que, “[...] as produções dirigidas às formulações de políticas sociais têm uma importância inegável para o Serviço Social e são reveladoras das contradições em processo que marcaram e marcam a sua existência”.

A pesquisa em Serviço Social no Brasil inicia-se em 1970, sobretudo, impulsionada pela criação dos Programas de Pós-Graduação. Esse processo espraia-se nos anos de 1980, consolidando-se nas décadas seguintes com a publicação das Teses e Dissertações sob a forma de livros, capítulos de livros e artigos publicados em periódicos da área e em áreas afins e conexas. O Serviço Social é reconhecido como área de conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas e reconhecida pelas agências de fomento à pesquisa e pós-graduação, como CNPq, Capes e Finep.

Sobre as produções na área de concentração de Política Social, conforma-se como uma área em crescente expansão, especialmente ao articular a Política Social no âmbito da intervenção profissional, conforme explicita Mioto e Nogueira. (2013, p.62),

Com referência a intervenção profissional, observa-se que a inclusão da política social no debate da profissão permitiu situar mais concretamente os seus objetivos na sociedade capitalista. Pôde-se sobrepor, no campo da intervenção, a questão do “por que fazer” à do “como fazer”. Com o aprofundamento da investigação sobre a interrelação política social e Serviço Social nas bases da teoria social crítica, pôde-se avançar o conhecimento em direção ao “para que fazer”.

Com o recorte investigativo das tendências da pesquisa na produção do conhecimento em Serviço Social, materializadas nas Dissertações de Mestrado, defendidas no PPGSS/UFPB, demarca-se a presente análise em torno das 18 (dezoito) Dissertações vinculadas à área de concentração Política Social no período de 1982 a 1989.

## **2 AS TENDÊNCIAS DA PESQUISA NO SERVIÇO SOCIAL NA TEMPORALIDADE DOS ANOS 1980**

A pesquisa científica na área do Serviço Social é impulsionada quantitativa e qualitativamente com a criação dos primeiros cursos de Pós-graduação em nível de mestrado na área nos anos de 1970. Kameyama (1998, p.03) afirma que “[...] os cursos de pós-graduação constituem-se em espaços privilegiados para a produção de conhecimento e suas atividades estão intrinsecamente ligadas à produção e reprodução da comunidade científica e técnica”.

Ademais, o desenvolvimento da pesquisa no Serviço Social ocorre pelo adensamento teórico a partir do final dos anos de 1970, sobretudo em resistência ao pensamento conservador funcionalista e de reatualização conservadora fenomenológica, por aproximações sucessivas e aprofundamento teórico do legado marxista.

O processo de revisão crítica do Serviço Social emerge no início dos anos de 1960, chamado de “Erosão ao Serviço Social Tradicional” (NETTO, 2015), mas, suprimido pelo Golpe em 1964. Mais tarde, com a conjuntura dos anos de 1980, perpassada pela efervescência política advinda das lutas dos movimentos sociais (populares, sindicais, etc.) pela redemocratização brasileira, propicia a criação de novo projeto profissional, materializado na Reforma Curricular do Serviço Social brasileiro em 1982 e no Código de Ética em 1986, ambos reformulados em 2002 e 1993, reafirmando o legado marxista.

Destaca-se que “[...] no contexto dos anos 80, com o protagonismo da classe trabalhadora e a reascensão dos movimentos sociais e sindicais, que novas exigências teórico-

práticas são demandadas à profissão, requisitando-lhe análises e posturas cada vez mais críticas e radicais”. (GUERRA, 2011, p. 132)

A criação dos primeiros cursos de Doutorados na área, em 1981 e a fundação do Centro de Documentação e Pesquisa em Política Social e Serviço Social (Cedepss) em 1987, órgão da Associação Brasileira de Serviço Social (Abess), revisada em 1998 em Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), também são processos relevantes no desenvolvimento da pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social. Destaca-se ainda em 1984 o reconhecimento pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Serviço Social como área de conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas, quando os pesquisadores da área do Serviço Social, que incluem docentes, estudantes de graduação e pós-graduação passaram receber incentivos financeiros de bolsas de estudo para o estímulo às pesquisas.

Sobre esse avanço, Carvalho e Silva (2004, p. 04) afirmam que houve,

Significado avanço da participação dos assistentes sociais brasileiros em atividades de pesquisa e na produção de conhecimento, passando estas a serem consideradas, no âmbito da profissão, como atribuição profissional fundamental tendo como resultado uma rica produção científica sobre as políticas sociais, sobre a profissão e sobre questões sociais relevantes, o que faz com que o Serviço Social seja considerado área específica de conhecimento do campo das ciências Sociais Aplicadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq [...].

Refere-se ainda aos anos 1980 como sendo a década que consolidou a maioria do Serviço Social no quesito da elaboração teórica e ídeo-política a partir da ruptura com o conservadorismo, embora não se queira afirmar que o conservadorismo tenha sido totalmente superado, não apresenta legitimidade para se expressar hegemonicamente (NETTO, 1996).

Nos fins da década, a ofensiva neoconservadora pós-moderna reaproxima o Serviço Social aos traços conservadores da cultura profissional. Essa tendência vai se fortalecer no Serviço Social nas décadas seguintes, seja no neoconservadorismo pós-moderno ou na sua formulação neopositivista nos substratos profissionais: formação, pesquisa e produção do conhecimento (ALMEIDA, 2017).

Embora intitulado como a “década perdida” em razão dos péssimos indicadores socioeconômicos, os anos de 1980 são acompanhados pelo fervor político, materializado no processo de redemocratização do país, mediante: o Movimento de “Diretas Já”, Assembleia

Constituinte, promulgação da Constituição “Cidadã”, dentre outros que assinalam conquistas políticas, a exemplo da consolidação das políticas sociais na perspectiva da garantia de direitos.

Para Kucinski e Branford (*apud* BEHRING, 2003), a chamada “crise da dívida” nos anos de 1980 - não só no Brasil, mas no quadro da América Latina – marca um contexto de onda longa de estagnação. Nesse período, há um salto percentual de taxas de juros por parte dos credores, acarretando uma inversão da transferência de dívida em curtos prazos, acompanhada de uma queda das exportações de matérias-primas, o que provoca um verdadeiro estrangulamento da economia latino-americana.

O contexto brasileiro, durante a ditadura militar, é conhecido como o “Milagre Econômico”, dado às condições políticas favoráveis para a instalação de unidades produtivas transnacionais. Entretanto, a estagnação chega à periferia, causando a queda dos índices de crescimento. Em resumo, a dívida externa brasileira cresce aceleradamente com a articulação entre a burguesia nacional, o Estado e o capital estrangeiro – fundadores do “Milagre Econômico” (OLIVEIRA *apud* BEHRING, 2003).

Através dos juros flutuantes, advindos da política norte-americana, contrariando os acordos de Bretton Woods (1944), a dívida não pôde ser mais redimida. Tornando-se uma estratégia de extração de renda e de dominação política dos Estados Unidos sobre as economias periféricas. Ao longo dos anos de 1980, as renegociações sucederam-se desastrosas, por serem incapazes de reverter os juros flutuantes e as políticas de estabilização que tiveram fraco fôlego.

Em relação à passagem do regime autoritário para o regime democrático que se engendra muito antes da década 1980, materializa-se na eleição indireta para Presidente da República, sob o formato do Colégio Eleitoral, o que contraria frontalmente o Movimento das “Diretas Já” defendido pelas forças políticas dos trabalhadores e dos movimentos populares. Tancredo Neves é eleito, mas morre antes da posse, e o vice José Sarney assume a Presidência.

É nos marcos dos anos 1980 que é Promulgada a Constituição Federal, em 1988, configurando uma retomada do Estado Democrático de Direito. Para a elaboração da Constituição, foi designado um Congresso Constituinte. Esse processo torna-se uma arena de disputas políticas de mobilizações e contra mobilizações de projetos e interesses distintos. De um lado, os eixos advindos das demandas das mobilizações dos trabalhadores, e de outro lado, as perspectivas de uma nova agenda liberal.

O complexo da Seguridade Social (Previdência, Assistência, Saúde) representa maiores avanços legal, formando o tripé da Seguridade brasileira. Os artigos 194 a 204 da Constituição Federal de 1988 tratam da Seguridade Social – que é um conjunto se ações integradas do poder

pública e da sociedade para assegurar os direitos relativos à saúde, previdência e assistência (BRASIL, 2012). Assim, compete ao poder público organizar a Seguridade Social com os seguintes objetivos:

- I – universalidade da cobertura e do atendimento;
- II – uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- III – seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- IV – irredutibilidade do valor dos benefícios;
- V – equidade na forma de participação no custeio;
- VI – diversidade da base de financiamento;
- VII – caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados (BRASIL, 2012, p. 111).

Os anos de 1980 terminam com a Primeira Eleição Presidencial Direta após a Ditadura Militar, em 1989, quando se apresentam projetos radicalmente distintos com a candidatura de Fernando Collor de Mello e de Luís Inácio Lula da Silva. A vitória de Collor marca a virada política e econômica em direção ao ajuste neoliberal do Brasil, que se intensifica nos anos de 1990, principalmente com os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002), consolidando o Brasil na dinâmica internacional.

### **3 ANÁLISE DAS DISSERTAÇÕES NA ÁREA DE POLÍTICA SOCIAL DO PPGSS/UFPB NOS ANOS DE 1980**

Conforme aludido, a discussão dos resultados em torno das Dissertações de Mestrado, defendidas no PPGSS/UFPB, nos anos de 1980, embasa-se na aplicação do estado da arte mediante a leitura estatística descritiva com uso de tabela simples e da análise textual de caráter qualitativo. Essa análise quanti-qualitativa dos resultados articula à explicação crítica das análises teóricas da literatura do Serviço Social e demais categorias temáticas que perpassam este estudo investigativo.

Como explicitado anteriormente, este artigo analisará as 18 Dissertações de Mestrado vinculadas à Política Social de modo a identificar as tendências da pesquisa nessa área de concentração e no Serviço Social nos anos 1980. As dissertações foram analisadas por três indicadores: área de conhecimento, temáticas e indicadores autorais.

Tabela 1- Frequência de ocorrências das Dissertações de Mestrado defendidas nos anos de 1980 e vinculadas à área de concentração de Política Social do PPGSS/UFPB segundo as áreas de conhecimento. João Pessoa/PB. N=18

Áreas de Conhecimento	N	%
-----------------------	---	---

Serviço Social	08	44,4
Sociologia Urbana	04	22,2
Sociologia do Trabalho	02	11,1
Sociologia Rural	02	11,1
Saúde	01	5,5
Psicologia	01	5,5
<b>TOTAL</b>	<b>18</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração Própria (Acervo do PPGSS/UFPB, 2018)

No indicador área de conhecimento, observa-se seis áreas do saber se apresentam como tendências da pesquisa no PPGSS/UFPB nos anos de 1980. Com maior incidência, destaca-se a área do Serviço Social (44,4%). Essa tendência pode ser justificada por se tratar de uma produção vinculada ao Programa de Pós-graduação da área do Serviço Social; em seguida, assinala-se a área da Sociologia Urbana (22,2%); Sociologia do Trabalho e Sociologia Rural com 11,1%. Esses estudos nas áreas específicas da Sociologia estão imbricados à conjuntura política de efervescência das lutas democráticas dos movimentos dos trabalhadores, urbanos e do campo. Seguem-se as áreas do saber da Saúde e Psicologia, ambas com 1 citação (5,5%).

Acrescenta-se que os resultados demonstram a procura de profissionais de outras áreas profissionais para cursar o Mestrado Acadêmico em Serviço Social da UFPB, enquanto tendência interdisciplinar da pesquisa no PPGSS/UFPB durante a década de 1980. Os dados revelaram como autores das Dissertações pesquisadas, a inserção de mestrandos assistentes sociais, médicos, psicólogos, nutricionistas, cientistas sociais, e outros. Mota elucida (2013, p.18) que a presença de outros profissionais nas pós-graduações em Serviço Social é motivada pela “[...] busca do conhecimento crítico no campo das ciências humanas e sociais [...] pelo reconhecimento da qualificação dos seus docentes, além dos referenciais teórico-metodológicos e das linhas de pesquisa dos programas.”

Tabela 2 - Frequência de ocorrências das Dissertações de Mestrado defendidas nos anos de 1980 e vinculadas à área Política Social do PPGSS/UFPB segundo os campos de atuação das Políticas Sociais. João Pessoa/PB. N=18

<b>Campos de Atuação das Políticas Sociais</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Fundamentos da Política Social	06	33,2
Política da Habitação	04	22,2
Política de Educação	03	16,6
Políticas Agrárias	02	11,1
Política da Saúde	01	5,5
Política da Saúde do Trabalhador	01	5,5
Política de Segurança Alimentar	01	5,5

<b>TOTAL</b>	18	100
--------------	----	-----

Fonte: Elaboração Própria. (Acervo do PPGSS/UFPB, 2018)

A maior incidência nas pesquisas da década de 1980 no PPGSS/UFPB incide sobre os estudos dos fundamentos históricos e teórico-metodológicos da Política Social (33,2%) que discutem essa temática de forma geral, por esse motivo não foram estratificadas como as demais. A seguir, evidencia-se a Política da Habitação (22,2%), cuja incidência deriva dos movimentos sociais urbanos através de estudos que analisam as reivindicações populares em torno do direito à moradia com foco na Política Habitacional entre os anos de 1965 a 1985; em seguida, aponta-se a Política de Educação (16,6%); a quarta incidência recai nas Políticas Agrárias (11,1%), enquanto uma demanda investigativa reprimida desde os anos 1950/60 de luta pela terra e reforma agrária; e com 1 citação (5,5%) apontam-se as Políticas da Saúde, Saúde do Trabalhador e Segurança Alimentar.

As Políticas Sociais Setoriais resultam da totalidade do real que se mostra ao assistente social em seu campo de atuação profissional, reordenando a necessidade de novas intervenções sobre as demandas sociais. Desse modo, a pesquisa científica contribui para a compreensão da realidade, onde se inserem as Políticas Sociais com o objetivo de adensar conhecimentos ao profissional em sua área de intervenção.

Tabela 3 - Frequência de ocorrências dos autores mais citados nas Dissertações de Mestrado defendidas nos anos de 1980 e vinculadas à área Política Social do PPGSS/UFPB. João Pessoa/PB. N=18

<b>Autores Mais Recorrentes</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Karl Marx / Karl Marx e Friedrich Engels	20	11,9
Antônio Gramsci	18	10,7
Paul Singer	18	10,7
Manuel Castells	17	10,1
Francisco de Oliveira	16	9,5
Paulo Freire	15	8,9
Vladimir Lênin	14	8,3
Vicente de Paula Faleiros	14	8,3
José Álvaro Moisés	13	7,7
Francisco Weffort	11	6,5
Michel Thiollent	11	6,5
<b>TOTAL</b>	<b>167</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração Própria. (Acervo do PPGSS/UFPB, 2018)

Os 11 (onze) autores mais incidentes se identificam com as áreas do conhecimento das Ciências Humanas e Sociais; destes, ressalta apenas um autor que é da área do Serviço Social

– Vicente de Paula Faleiros, nas 18 Dissertações do PPGSS analisadas nos anos de 1980. Portanto, uma das tendências da pesquisa nos anos de 1980 é a baixa inferência de autores da área de Serviço Social. Essa insignificância deriva do fato de que é nos anos de 1980 que começa a surgir a literatura do Serviço Social, derivada das poucas Teses e Dissertações defendidas nos Programas de Pós-graduação brasileiros.

Acrescenta-se ainda que nessa época o foco das pesquisas incidia sobre a área dos Fundamentos em Serviço Social, em torno do Processo de Reconceitualização com referências aos autores latinos americanos e a literatura emergente sobre o Processo de Renovação no Serviço Social brasileiro, tais como: Faleiros, Yamamoto, Silva e Silva, Ammann, Simionatto e entre outros.

Dentre os autores mais incidentes, destaca-se Karl Marx, filósofo alemão (1818 – 1883) com 11,9% de recorrências. Justifica-se essa significância percentual em razão da influência marxiana e marxista que se torna hegemônica no Serviço Social nos anos de 1980 com a Reforma Curricular aprovada em 1982. Ademais, é nos anos de 1980 que se acentua a perspectiva de tentativa de ruptura ao conservadorismo, este até então dominante, mediante a adoção do legado marxiano e de seus intérpretes. As obras mais referenciadas de Marx e Engels são A Ideologia Alemã e O Manifesto do Partido Comunista; e a obra O Capital (Livro 01) de autoria de Marx.

Em seguida, arrola-se Antônio Gramsci (1891–1937) com 10,7% de citações nas Dissertações defendidas. Identifica-se como um autor marxista italiano, evidenciando-se no pensamento marxista, sobretudo como cientista político. O pensamento gramsciano teve grande influência no Brasil nos anos de 1970 e 1980. Suas obras mais recorrentes são: Maquiavel, a Política e o Estado Moderno; Os Intelectuais e a Organização da Cultura; e A Concepção Dialética da História.

Com o mesmo percentual, assinala-se o autor Paul Singer (1932–2018), economista, natural da Áustria, mas possuía cidadania brasileira. Durante sua trajetória, participou ativamente dos movimentos da esquerda brasileira, sendo um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT). Suas obras mais recorrentes são: Economia Política do Trabalho; O Dia da Lagarta – democratização e conflito distributivo no Brasil do cruzado.

A seguir, assinala-se Manuel Castells (1967) com 10,1%. Sociólogo espanhol que durante os anos de 1970 teve um papel importante no desenvolvimento da Sociologia Urbana marxista, sobretudo sobre os movimentos sociais urbanos. Nos anos de 1980, abandona as estruturas marxistas; em 1990, se volta à pesquisas da era da informação e das sociedades

conectadas em rede. As obras desse autor que são utilizadas nas dissertações são: Cidade, Democracia e Socialismo; A Teoria Marxista das Crises Econômicas e as Transformações do Capital; La Cuestión Urbana; Movimientos Sociales Urbanos.

Com a incidência de 9,5%, aponta-se o autor Francisco de Oliveira (1933-2019), pernambucano, sociólogo brasileiro, professor titular de Sociologia da Universidade de São Paulo, também um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores. As obras mais referenciadas são: A Economia da Dependência Imperfeita; Elegia para uma Religião.

Seguido de Paulo Freire (1921-1997) com incidência de 8,9%. Pernambucano, foi um educador, pedagogo e filósofo brasileiro. É considerado um dos pensadores mais notáveis na história da pedagogia mundial, tendo influenciado o movimento chamado Pedagogia Crítica; também é o Patrono da Educação Brasileira. Suas obras mais recorrentes são: Pedagogia do Oprimido; e Educação como Prática da Liberdade.

Vladimir Lênin (1870–1924) com 8,3%, foi um político e teórico revolucionário comunista russo que serviu como chefe de governo da República Russa de 1917 a 1918, da República Socialista Federativa Soviética da Rússia de 1918 a 1922 e da União Soviética de 1922 a 1924. Sob sua administração a Rússia e, em seguida, a União Soviética torna-se um Estado socialista unipartidário governado pelo Partido Comunista. Ideologicamente marxista, o conjunto de suas teorias políticas são conhecidas como leninismo. Evidencia-se a obra mais utilizada nas Dissertações: O Estado e a Revolução.

Com o mesmo percentual, registra-se Vicente de Paula Faleiros (1944). Com graduação em Direito pela Faculdade de Direito de Franca – SP (1966), graduação em Serviço Social pela Universidade de Ribeirão Preto (1966) e doutorado (PhD) pela Université de Montreal (1984) e pós-doutorados pela Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS) em Paris (1991) e Université de Montréal (1996). É professor titular aposentado e professor emérito da Universidade de Brasília e ex-professor das seguintes universidades: Católica de Valparaíso-Chile, Laval (Québec), Federal da Paraíba (João Pessoa) e Católica de Brasília. Suas obras mais utilizadas pelas Dissertações defendidas nos anos de 1980 são: O que é Política Social; A Política Social no Estado Capitalista: as funções da Previdência e Assistência Social.

Embora se ressalte que o único autor do Serviço Social com maior recorrência seja o Vicente de Paula Faleiros, não quer afirmar que outros autores do Serviço Social não tenham sido referenciados, como Marilda Yamamoto, José Paulo Netto, Aldaíza Sposati e outros. Mas, esses autores teriam expressividade significativa nas décadas seguintes até os dias atuais, o mesmo não se dá com Vicente Faleiros.

Portanto, o quadro autoral muda durante as décadas. Em pesquisas realizadas anteriormente, no PPGSS, durante a periodicidade dos anos de 1990 e 2000 por Ferreira (2015), Silva (2016) e Santos (2017) os autores próprios da área do conhecimento do Serviço Social se expressam com maior densidade, resultante das pesquisas realizadas nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social brasileiros que foram publicadas sob a forma de livros, capítulos de livros, artigos publicados em periódicos da área.

A seguir, indica-se o autor José Álvaro Moisés (1945) com 7,7%. Cientista político, jornalista e escritor brasileiro. É professor titular de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP) e diretor do Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas da USP. As obras mais consultadas são: *Cidade, Povo e Poder*; *Contradições Urbanas e Movimentos Sociais*.

Com recorrência de 6,5%, refere-se a Francisco Weffort (1937). Esse autor paulista possui Doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (1968). Atualmente, é pesquisador visitante do Instituto de Estudos Políticos e Sociais. Tem experiência nas áreas de Sociologia Política e Ciência Política, com ênfase em História, atuando principalmente nos seguintes temas: Estado, Elites e Massas. Suas obras mais recorrentes são: *O Populismo na Política Brasileira*; *Estado e Massas no Brasil*.

Com a mesma incidência aponta-se Michel Thiollent. Esse autor francês possui formação em Desenvolvimento Econômico e Social no Institut d'Etude du Développement Économique et Social (1969), graduação e mestrado na Université de Paris I (Panthéon-Sorbonne) (1971) e Doutorado em Sociologia na Université de Paris V (René Descartes) (1975). Atualmente é Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da UNIGRANRIO. Anteriormente, foi professor associado 3 (aposentado) da Universidade Federal do Rio de Janeiro/COPPE. Ex-Professor de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP (1975-1980). Tem experiência nas áreas de Estudos Organizacionais e Metodologia de Pesquisa Qualitativa. Seus livros mais utilizados são: *Metodologia da Pesquisa Ação*; *Crítica Metodológica*, *Investigação Social e Enquete Operária*.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As análises teóricas e dos indicadores bibliográficos abalizam que a pesquisa na área do Serviço Social expandiu-se a partir dos seguintes fatores: o surgimento dos Programas de Pós-graduação, o reconhecimento do Serviço Social pelos órgãos de fomento à pesquisa e o

desenvolvimento à impulsão da pesquisa derivadas de Teses e Dissertações, com a consequente publicação em livros, capítulos de livros e artigos. O crescimento dessa produção contribuiu com a própria profissão, adensando cada vez mais a criticidade, a maturidade intelectual e o aumento da massa crítica.

Esse processo também ganha impulso em 1987 com a fundação do Centro de Documentação e Pesquisa em Política Social e Serviço Social (Cedepss), órgão da Associação Brasileira de Serviço Social (Abess), que em 1998 passa a ser chamada de Associação Brasileira em Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss).

Em relação aos objetos de análises dessas dissertações, verificou-se que estão alinhados com os determinantes históricos da década contemplada nesta pesquisa, o que evidencia que os assistentes sociais estão a ampliar as pesquisas nessa área de modo a compreender, analisar e dar respostas concretas às demandas sociais postas.

As tendências da pesquisa do Serviço Social nos anos de 1980 revelam que: a área dos Fundamentos em Serviço Social prevalece em relação às pesquisas sobre as Políticas Sociais; as pesquisas apresentam um caráter interdisciplinar, traço que perdura até aos dias atuais; a prevalência em investigar o campo de atuação profissional do assistente social em uma determinada Política Social, sendo a Política de Habitação a mais incidente em decorrência do alto déficit habitacional do país; a direção histórica da pesquisa articulada à conjuntura econômica, política, social e cultural dos anos 1980, como a especificar: a conjuntura da década perdida e do processo de redemocratização do país; a tendência da pesquisa embasada no legado marxiano e marxista, decorrente da perspectiva de intenção de ruptura ao conservadorismo; a pesquisa fundamentada nas primeiras obras de autores brasileiros do Serviço Social, vinculados aos programas de Pós-graduação dessa área do conhecimento; dentre outras.

Por fim, pode-se afirmar a contribuição e papel do PPGSS/UFPB ao promover pesquisas vinculadas à realidade e ao desenvolvimento regional do Nordeste e a formação de quadro de docentes e pesquisadores em Políticas Sociais de várias partes do país. Conforma-se como contribuições determinadas sócio e historicamente pelas mediações que perpassam a década de 1980 e a relevância da pesquisa no Serviço Social para a formação política, cultural e social do pensamento crítico e da atuação do assistente social e outras profissões no campo das Políticas Sociais brasileiras.



**REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida. **Análise das Tendências da Pesquisa em Serviço Social nos Anos de 1980 a Partir do Estado da Arte das Dissertações de Mestrado do PPGSS/UFPB**. João Pessoa: UFPB/ CCHLA/ DSS/ PPGSS/GEPACOPS, 2017. (Projeto de Pesquisa e Plano de Trabalho)

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 3ª Ed. São Paulo: Edições 70, 2016.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. 35.ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

CARVALHO, Denise Bomtempo Birche; SILVA e SILVA, Maria Ozanira. A atualidade da pós-graduação na área de serviço social no Brasil. In: **Anais do XVIII Semanário Latinoamericano de escuelas de Trabajo Social**. La Cuestión social y La formación profesional em Trabajo Social en El contexto de las nuevas relaciones de poder y La diversidad latinoamericana. San Jose, Costa Rica: ALAES, 2004.

FERREIRA, Larissa dos Santos. **Processo de Produção do Conhecimento no PPGSS/UFPB na Década de 1990: uma análise a partir das Dissertações de Mestrado vinculadas à área de Política Social (Relatório Final de Pesquisa)**. João Pessoa: UFPB/GEPACOSS, 2015.

GUERRA, Yolanda. A pós-graduação em Serviço Social no Brasil: um patrimônio a ser preservado. In: **Temporalis**. Brasília (DF), ano 11, n. 22, p. 125-158, Jul./Dez. 2011.

KAMEYAMA, Nobuco. A Trajetória da Produção de Conhecimento em Serviço Social: avanços tendências (1995 a 1997). In: **Cadernos ABESS**. Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social. Diretrizes Curriculares e Pesquisa em Serviço Social, São Paulo, nº.8, p. 33-76, 1998.

MESSINA, Graciela. Estudio sobre el estado da arte de la investigación acerca de la formación docente en los noventa. In: **Reunión de Consulta Técnica sobre Investigación en Formación del Profesorado**. México: Organización de Estados Ibero Americanos para La Educación, La Ciencia y La Cultura, 1998.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; NOGUEIRA Vera Maria Ribeiro. Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional. In: **Revista Katálisis**, Florianópolis v.16 nº.esp. p.61-71, 2013.

MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. In: **Revista Katálisis**. Florianópolis, v. 16, n. esp. 2013. p. 17 – 27.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 17ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2015.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. In: **Diálogo Educacional** - Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd1=237&dd99=view&dd98> (Acesso em 11/07/2020).

SANTOS, Angela Kaline da Silva. **O Processo de Produção do Conhecimento no PPGSS/UFPB: o estado da arte das dissertações de mestrado vinculadas à área de Política Social (Relatório Final de Pesquisa)**. João Pessoa: UFPB/GEPACOPS, 2017.

SILVA, Laura Isabel. **O Processo de Produção do Conhecimento no PPGSS/UFPB na Década de 2000: uma análise a partir das Dissertações de Mestrado vinculadas à área de Política Social (Relatório Final de Pesquisa)**. João Pessoa: UFPB/